

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM
SAÚDE DA FAMÍLIA

"TORNA-SE MULHER": A GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA
COMO ESPECTRO DE VIOLÊNCIA DO SISTEMA PATRIARCAL

CURITIBA

2018

ANA PAULA MACIEL GURSKI

**"TORNA-SE MULHER": A GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA
COMO ESPECTRO DE VIOLÊNCIA DO SISTEMA
PATRIARCAL**

Trabalho de Conclusão de Residência apresentado ao Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família da Universidade Federal do Paraná, como requisito à obtenção do título de especialista em Saúde da Família.

Orientadora: Profa. Dra. Islandia Bezerra

CURITIBA

2018

Gurski APM. “Torna-se mulher”: a gravidez na adolescência como espectro de violência do sistema patriarcal [Trabalho de Conclusão de Residência]. Curitiba: Universidade Federal do Paraná; 2018.

RESUMO

A gravidez na adolescência tem sido classificada como um problema de saúde pública desde a década de 70, sendo a América Latina a segunda região que mais produz gravidezes adolescentes no mundo. Para esse fenômeno várias são as explicações – mas aquela que predomina diz respeito à culpabilização das jovens mães, cuja abordagem interpreta de forma reducionista e higienista o fato destas terem engravidado. O presente ensaio analisa a gravidez na adolescência sob a ótica feminista, colocando em pauta as relações de gênero e avalia o fato como espectro da violência do sistema patriarcal sobre a vida e o ventre das mulheres.

Palavras chave: gravidez na adolescência, maternidade, gênero.

Gurski APM. “Torna-se mulher”: a gravidez na adolescência como espectro de violência do sistema patriarcal [Trabalho de Conclusão de Residência]. Curitiba: Universidade Federal do Paraná; 2018.

ABSTRACT

The teenage pregnancy has been classified as a public health issue since the seventies. Latin America is the second region in the world to present most cases of teenage pregnancy. There are many explanations about this phenomenon – but the ones that predominate are the ones that blame the young mothers, which scope interprets in a reductionist and hygienist way the fact that these teenagers got pregnant. The present study analyses the teenage pregnancy from a feminist perspective, questioning the gender relations and evaluates the fact as a result of the violence from the patriarchal system against women’s lives and wombs.

Key words: teenage pregnancy, motherhood, gender.

SUMÁRIO

ARTIGO	01
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	26
ANEXO I	31
ANEXO II	37

ARTIGO

"TORNA-SE MULHER": A GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA COMO ESPECTRO DE VIOLÊNCIA DO SISTEMA PATRIARCAL¹

Introdução – *Ensaçando as primeiras reflexões*

A adolescência é um período determinado por profundas mudanças biopsicossociais, marcado pela maturação sexual dos corpos bem como construção da identidade adulta e busca por autonomia frente aos pais/cuidadores (CERQUEIRA-SANTOS et al, 2010). Para Abdallah et al (1998), a adolescência corresponde ao período da vida na qual o indivíduo perde os direitos e os privilégios de criança e começa a receber os direitos e as responsabilidades de adulto. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), essa fase da vida compreende indivíduos entre 10 e 19 anos (EISENSTEIN, 2005). É na adolescência também que se perpetuam e se assimilam os papéis sociais de gênero – obrigações sociais de ser homem ou ser mulher, bem como as relações de gênero e poder envolvido nessa categoria de análise.

A gravidez na adolescência não constitui um fenômeno recente na história da humanidade. Na Antiguidade, contratos de casamento eram lavrados quando a menina encontrava-se entre 13 e 14 anos: como nas sociedades antigas a expectativa de vida era baixa, a manutenção da espécie só era possível aproveitando-se precocemente a fecundidade (COSTA, 1998). Tal fenômeno somente começou a ser apontado como uma questão de saúde pública desde a década de 70, por implicar em consequências negativas tanto para a adolescente quanto para o recém nato e ainda para outros atores envolvidos na situação, repercutindo nas dimensões biológicas, psicológicas, sociais e econômicas

¹ Artigo foi submetido ao periódico: *Revista Feminismos*. Manuscrito formatado de acordo com as normas específicas do periódico (acessado em: 14/12/2017), exceto quanto à disposição de figuras.

(PARIZ *et al*, 2012; CERQUEIRA-SANTOS *et al*, 2010; GONTIJO & MEDEIROS, 2004).

A região da América Latina e Caribe apresenta as maiores taxas de fecundidade adolescente, estando atrás somente da África Subsaariana. Estimativas apontam que a fecundidade adolescente na América Latina será a maior do mundo e se manterá estável entre os anos 2020-2100. Durante a década de noventa, a porcentagem de mães adolescentes aumentou em quase todos os países que a compõe, em contraste com a queda contínua da fecundidade total. Nessa região, cerca de um terço de todas as gestações correspondem a mães de menores de 18 anos – dessas, quase 20% são menores de 15 anos. Analisando essa faixa etária especificamente, a gravidez é produto de abuso sexual legalmente presumido como ato criminoso no Brasil, mesmo que não tenha ocorrido violência, caso o parceiro tenha mais de 18 anos (BRASIL, 2009). Além disso, a mortalidade com causas relacionadas à gravidez, durante o parto e pós-parto, se duplica em meninas que engravidam antes dos 15 anos (UNICEF, 2014).

Quando se trata do Brasil, a gravidez na adolescência teve queda de 17% comparando-se os anos de 2004 e 2015. A região que apresenta maior número de filhos de mães adolescentes é o Nordeste, seguido do Sudeste, Norte, Sul e por último o Centro-Oeste (VALADARES, 2017).

Nesse cenário de adolescentes que engravidam na América Latina e no Brasil surgem uma série de inquietações e questionamentos sobre os significados dessas gravidezes. Qual seria o sentido da maternidade adolescente atualmente, mesmo após a ampla difusão dos métodos contraceptivos? Quais os motivos que as levam a engravidar? Quais as raízes desse fenômeno? Quando se trata dos fatores que contribuem para gravidez na adolescência dentro do ambiente micro, observa-se que a renda dos pais, nível de educação deles e a condição de pobreza da família contribuem para maior número dessas gravidezes. O nível educacional da adolescente também se configura como um fator importante.

Segundo Rodríguez (2008) a condição sócio-econômica familiar é chave explicativa para fecundidade adolescente, sendo a pobreza e baixa escolaridade determinantes para reduzir sensivelmente o horizonte de opções vitais para meninas e meninos, e elevar o valor da maternidade e paternidade precoces como mecanismo para dar sentido à vida. Corroborando esta assertiva, o documento do Fundo das Nações Unidas para a Infância/UNICEF (2014) referencia que

adolescentes com baixa escolaridade têm cinco ou mais possibilidades de serem mães que aquelas com maior educação formal – e essa relação se torna cíclica e dicotômica à medida que as adolescentes que engravidam estão mais sujeitas à evasão escolar do que aquelas que não engravidam.

Além de outros fatores que corroboram com esse fenômeno, a instituição escolar não está preparada para abarcar as adolescentes grávidas e muitas vezes tomam atitudes agressivas, excluindo das salas de aula as meninas grávidas com intuito de não servirem de “*mau exemplo*” para outras colegas (SILVA, BIFFI E GIULIANI, 2007).

No que tange ao Brasil, Teixeira e colaboradoras (2013) fizeram um estudo revisando as políticas públicas voltadas para adolescentes gestantes no país e o resultado foi a ausência de políticas públicas destinadas para esse grupo etário acerca da reprodução na adolescência. Nesse sentido, resta à Atenção Básica e à Estratégia Saúde da Família tomar atitudes que enfoquem essa população.

Uma das ações realizadas a nível da Atenção Básica são as atividades referentes ao PSE (Programa Saúde na Escola) – instituído em 2007 pelo Decreto Presidencial nº 6286 (BRASIL, 2007). O decreto preconiza que as equipes de saúde desenvolvam ações de educação permanente em saúde nas escolas (práticas de higiene bucal, antropometria, imunização, entre outras). Uma das linhas de ação do PSE consiste em trabalhar a educação para saúde sexual, saúde reprodutiva e prevenção das Infecções Sexualmente Transmissíveis IST/Aids e de Hepatites Virais.

Nesse contexto de abordagens que objetivam minimizar os casos de gravidez na adolescência existem as ações de Planejamento Familiar, voltadas aos grupos que orientam à população (adolescente ou não), sobre métodos contraceptivos e fazem renovação da prescrição de anticoncepcionais injetáveis e orais. Também são realizadas ações “educativas” nas escolas e centros de convivência vinculados aos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) – para além das atividades do PSE – como palestras coercitivas contendo imagens aterrorizantes sobre ISTs, de modo a exaltar o uso de preservativo e contraceptivos. Porém, essas ações têm apenas o viés do controle de natalidade. Tais constatações inferem que não existe um esforço para compreender *onde, como e por quê* se origina o fenômeno da fecundidade adolescente e combatê-lo, mas sim meramente impedir que adolescentes continuem engravidando.

Em que pese à dimensão mais complexa que circunda o mundo do trabalho, especialmente no âmbito da atenção primária, não se pode negligenciar a constatação de que essas abordagens se mostram muitas vezes reducionistas e higienistas, voltando-se somente ao aspecto biológico da vida humana e objetivando “higienizar” práticas sexuais e gravidezes consideradas precoces. Em geral, realiza-se um debate vertical, no qual as/os adolescentes podem não se sentir acolhidos e conseqüentemente não veem sentido no que está sendo dito, como algo não pertencente a sua realidade, não condizente com sua cultura, ou mesmo “seu mundo”.

Ao trazer esses apontamentos, infere-se que é necessário repensar/rever concepções acerca das práticas de educação em saúde, especialmente àquelas que tratem a menina-mulher como sujeito político, detentora de capacidades e escolhas que repercutirão no seu cotidiano “do ser mulher ou tornar-se mulher” em meio a uma estrutura patriarcal que a condiciona a um mero objeto. Faz-se necessário o delineamento mais preciso de ações que abranjam aspectos subjetivos das adolescentes, dialogando com sua realidade e dando novas perspectivas a elas a partir do que já é conhecido.

Este ensaio, portanto, traz uma abordagem crítica-reflexiva-problematizadora desse fenômeno que ocorre em dimensões continentais, compreendendo outras dimensões que materializam, reproduzem e fortalecem os espectros de violência contínua de gênero. O objetivo, portanto, se configura em analisar, ainda que brevemente, a gravidez na adolescência como um espectro de violência em consequência do sistema patriarcal.

Das Sociedades Matriarcais ao Patriarcado

Sabe-se hoje que a célula reprodutora e mantenedora do sistema patriarcal de forma institucionalizada – a família – nem sempre se organizou dessa maneira na história da humanidade. Quando analisamos as Sociedades Tribais como denominou Engels (1984), os seres humanos permaneciam em cima das árvores na maior parte do tempo, caçando, coletando e viajando em busca de alimento – caracterizando-se como nômades. Nesse período, ao contrário do que muito é difundido dentro do senso comum contemporâneo, não havia divisão sexual do trabalho, como prova Dyble *et al* (2015). Machos e fêmeas caçavam, coletavam e produziam seu meio de sobrevivência: caso contrário ninguém poderia se manter

vivo. Nesse estágio da evolução humana não se conhecia a participação do homem na reprodução – por isso as mulheres eram consideradas sagradas, produtoras da vida – e obviamente não existia a monogamia. Nesse período as sociedades se organizavam ao redor da figura da mulher, caracterizando-se como matriarcais.

Conforme a evolução da espécie, começaram a surgir alguns tipos de arranjos familiares (ainda dentro da poligamia) como a família consanguínea, a família punaluana, a família sindiásmica (a qual admitia matrimônio por grupos), a organização social baseada nas chamadas “gens” (até onde a sociedade era matriarcal), até chegar a monogamia hoje estabelecida. Um evento decisório para o surgimento da família monogâmica foi a descoberta da agricultura e pecuária, que fez o ser humano se estabelecer em territórios definidos e ser capaz de produzir excedentes econômicos (ENGELS, 1984; SAFFIOTTI, 2004).

Dentro desse processo a terra passou a ser considerada como propriedade privada. Assim, passa-se a observar a descendência paterna dentro da reprodução e surge então a “necessidade” de produzir herança para filhos de determinado homem-pai possuidor de terras. Desse modo, foi abolido o até então direito hereditário materno e surge o chamado direito hereditário paterno. Na ânsia de ter a certeza de estar produzindo descendentes herdeiros seus, o homem converte a mulher em – nas palavras de Engels (1984, p. 61) – “[...] degradada, servidora, escrava da luxúria do homem, em simples instrumento de reprodução [...]”. Para o autor, o desmoronamento do direito materno se configura como “[...] a grande derrota histórica do sexo feminino em todo o mundo [...]” (ENGELS, 1984, p. 61).

Assim surge a família patriarcal bem como a organização social toda centrada na figura masculina: o homem desde então teve amplo acesso à vida pública, a negociação entre famílias, a chefia das tribos, posse de terras, movimentação de finanças, enquanto a mulher se viu enclausurada no âmbito doméstico, restrita ao trabalho reprodutivo e privado. O surgimento da propriedade privada, do matrimônio monogâmico e da unidade familiar arrancou as mulheres do protagonismo do espaço público, confinando-as em seus lares, separando e isolando-as umas das outras: está estabelecido o patriarcado (ENGELS, 1984; REED, 2008).

O regime patriarcal se sustenta até hoje em uma economia organizada no entorno da família, sendo ela um meio de assegurar aos homens (machos) os meios necessários à produção diária e à reprodução da vida, sob a égide do seu papel de dominador e “provedor”. Sobre a família patriarcal se eleva uma estrutura de poder materializada em outras esferas da vida pública – trabalho, religião, economia, política – que garante a supremacia masculina e a consequente ordenação da existência feminina ao redor da figura do homem, garantindo os meios de sua subsistência e perpetuação do seu poder.

O patriarcado é, assim, um sistema político, econômico, social, educacional que coloca os homens na posição de domínio e de privilégio nas mais diversas esferas da vida humana, sendo esses os detentores dos processos de decisão e governabilidade das sociedades ao longo da história. Esse sistema se estabelece como um pacto masculino para garantir a opressão das mulheres, as quais se configuram histórica e atualmente como seus objetos de satisfação sexual, reprodutoras de seus herdeiros e de força de trabalho “complementar” (dentro do capitalismo e com o fenômeno da revolução industrial). Esse pacto é social e cria direito político dos homens sobre as mulheres e é também sexual, porque estabelece um acesso sistemático dos homens ao corpo feminino (SAFFIOTTI, 2004; CUNHA, 2014).

Nesse sentido, o patriarcado se configura como um critério de relação social e estabelece, a partir das relações de gênero, um processo de dominação-subordinação. Não nomear explicitamente o patriarcado incorre o risco de naturalizar e ainda neutralizar a dominação-exploração masculina, encobrindo a estrutura de poder que coloca a mulher muito abaixo do homem em todas as esferas da sociedade humana, sendo imprescindível reconhecê-lo e colocá-lo em pauta (SAFFIOTTI, 2009 *apud* OLIVIO, 2015).

Essa constatação não deslegitima a obviedade das nítidas conquistas e avanços das mulheres ao longo dos últimos anos para sua garantia de direitos. Porém, ainda que estejamos ocupando posições sociais e econômicas tradicionalmente pertencentes aos homens, a base social patriarcal continua intacta. Para que haja verdadeira libertação e emancipação das mulheres é necessária transformar todas as estruturas que solidificam as relações sociais, de forma a extinguir qualquer condição material de existência do patriarcado e das relações patriarcais. Reconhece-se, no entanto, os desafios que são impostos tanto

nas dimensões individuais quanto coletivas, porém são vários os movimentos capazes de impulsionar transformações reais nas sociedades contemporâneas.

Gênero: Uma Construção Social

Muitas são as esferas que evidenciam a diferença estrutural que define os papéis masculino e feminino dentro da sociedade contemporânea. As relações de gênero têm sido objeto de estudo científico em consonância com o movimento feminista desde meados do século XIX, pautando a diferenciação social entre os sexos. Somente no fim do século XX a categoria “gênero” emerge como uma preocupação teórica, porém a questão nunca deixou de ser atual e de extrema pertinência. (COSTA, SILVEIRA & MADEIRA, 2012).

A produção material da existência humana tem bases biológicas que implicam a intervenção conjunta de dois sexos: o macho e a fêmea. Já a produção social da existência implica na intervenção conjunta de dois gêneros: o masculino e o feminino. Cada um desses gêneros constitui uma participação definida na produção e reprodução da existência (CARLOTO, 2001). Segundo Izquierdo (1992), podemos definir gêneros como obras culturais, modelos comportamentais que se excluem mutuamente. Sua existência determina um hiperdesenvolvimento de certo número de potencialidades comuns a todos os seres humanos e subdesenvolvimento de outras, para cada sexo, manifestando uma distribuição desigual de responsabilidades na produção social da existência. São modelos impostos de maneira ditatorial a todas as pessoas em função do sexo biológico.

Nas sociedades patriarcais, o homem – a partir do falo – é construído socialmente como homem, educado para comandar, prover, atingir seus objetivos, trabalhar e conviver no espaço público. Já a mulher – a partir da vagina – torna-se mulher através de construção social, educada para cuidar da casa e da família, devendo ceder, obedecer e se preservar, estando restrita ao espaço privado (CUNHA, 2014). Desse modo, Teles e Melo (2002) destacam que o gênero aborda diferenças sócio-culturais existentes entre os sexos masculino e feminino, que se traduzem em desigualdades econômicas, sociais e políticas, colocando mulheres em posição inferior em relação ao homem nas diversas áreas da vida.

Compreendendo a construção do ser-homem e ser-mulher como um produto social, Simone de Beauvoir enfatiza:

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um Outro. Enquanto existe para si, a criança não pode apreender-se como sexualmente diferenciada (BEAUVOIR, p. 09, 1967).

Assim, a sociedade – mediante o processo de construção social – determina formas que machos e fêmeas devem assumir – leia-se comportamentos, preferências, atitudes, responsabilidades, bem como jeitos de ser, agir, pensar, atuar. Tais formas são impostas e institucionalizadas com base em uma construção sociocultural a partir da diferença sexual biológica (genitália) de homens e mulheres. Para Scott (1990), o gênero é o primeiro modo de dar significado às relações de poder. Porém, tal injustiça pode muitas vezes passar despercebida, tendo em vista que a realidade social determina nossa consciência e não o contrário.

O conceito “relações de gênero” indica o entendimento de que a masculinidade e a feminilidade não são derivadas da anatomia sexual, mas de complexas redes de significação ligadas às diversas dimensões da vida dos indivíduos, e nas mais diferentes sociedades. As relações de gênero se configuram como um processo pedagógico que é construído e determinado social e culturalmente desde antes do nascimento até o fim da vida, evidenciando as desigualdades entre homens e mulheres. Elas permeiam dinamicamente toda a sociedade. O gênero (podendo ser tratado como “sexo social”) é uma norma estruturante que situa o indivíduo no mundo e determina suas oportunidades, interesses, vivências, trajetórias lugares e escolhas (TRAVERSO-YÉPEZ & PINHEIRO, 2005).

A ocorrência de gêneros pressupõe lugares não meramente diferentes para o masculino e o feminino, mas sim posições hierárquicas que dão lugar a relações de poder (de força, de fala, de decisão, de domínio do lugar público e privado). Incentivar as meninas a serem passivas, silenciosas, sensíveis, frágeis e dependentes ao mesmo tempo em que se incentivam os meninos a serem valentes, independentes, fortes, ativos e agressivos reforça a estrutura hierárquica engessada das relações de gênero. Essa hierarquia se traduz hegemonicamente na ordenação da existência em função da supremacia masculina e em consequência disso, a subordinação feminina (OLIVIO, 2015).

São várias as estratégias que mantêm a mulher como ser subalterno (ou nas palavras de Saffioti – *dominada-explorada*). Muitas delas utilizam a marca da naturalização, do inquestionável: como se supostamente fosse dado pela natureza. Assim, são reforçados os estereótipos de gênero como próprios de uma suposta determinação biológica, feminina ou masculina; diferença essa que se mostra irreduzível e estabelece uma relação inferior/superior com base no natural. Confunde-se o conceito de gênero com sexo biológico e como reforça Carloto (2001), é dessa maneira que a diferença biológica se transforma em desigualdade social, toma uma aparência de naturalidade e assim se fortalece.

É relevante observar o fato do Estatuto da Criança e do Adolescente/ECA (Lei 8.069/90) não incorpora a questão de gênero conforme registrou Lavinias (1997). Já no âmbito dos estudos sobre juventude especifica-se pouco a questão do gênero, assim a questão das mulheres geralmente fica restrita à reprodução e maternidade (RISCADO & PERES, 2008).

O reconhecimento da existência dos gêneros como produtos culturais e a reflexão sobre seus desdobramentos possibilitam a transformação dessa categoria produtora de desigualdades. Através da crítica, pode-se desconstruir assertivas que comumente são ditas em nossa sociedade de que “*homem é assim mesmo*”, ou “*isso é coisa de homem*” ou ainda “*isso é natureza do homem*”. Do mesmo modo, porém reforçando o estereótipo da mulher com dizeres padronizados, como: “*a mulher é naturalmente mais irracional que o homem*”, “*a mulher tem que se dar ao respeito*” ou “*a mulher é dissimulada e traiçoeira, o homem é mais íntegro*”, assim, pode-se dizer que tais declarações não mais se sustentam.

Expressões das desigualdades de Gênero no cotidiano

O gênero é elemento estruturante da sociedade, igualmente como a classe social, raça/etnia e a orientação sexual (SAFFIOTI, 2004). A desigualdade existente entre homens e mulheres se expressa veementemente em diversos aspectos. Cabral & Díaz (1998) categorizam quatro eixos principais onde tal desigualdade se expressa: a divisão sexual do trabalho, o âmbito público/cidadania, a sexualidade e a reprodução.

O feminismo – em que pese as distintas correntes e linhas do movimento que divergem entre si – vem historicamente colocar em pauta a questão da desigualdade de gênero tanto no âmbito público quanto no privado – abrindo a

contestação política dentro da família patriarcal e nos mais diversos setores da sociedade, evidenciando a opressão às mulheres que ocorre de maneira orgânica e estrutural dentro do patriarcado. Porém, no que tange ao tema tratado neste ensaio, os eixos que representam a sexualidade e a reprodução terão maior ênfase.

É possível constatar que a sexualidade feminina tenha sido apropriada pelos homens já no surgimento do patriarcado, quando as mulheres foram convertidas em objeto de satisfação sexual masculina e meras produtoras de herdeiros, como apontam Saffioti (2004) e Cunha (2014). Porém, esse processo se perpetuou e se intensificou ao longo da história, especialmente com a ascensão da igreja católica que solidificou a moral sexual sobre as mulheres, colocando ideais de pureza e permitindo o sexo como ato praticado apenas para reprodução (PIRES, 2015). A psicanálise freudiana surge com explicações sobre a sexualidade humana, porém jamais se preocupou em estudar a libido feminina de frente, mas tão-somente a partir da libido masculina (BEAUVOIR, 1970).

Existe um importante apagamento científico na história da humanidade no que tange às pesquisas sobre anatomia, orgasmo e libido femininos. Pouco se sabe ainda hoje sobre o que perpassa biologicamente a sexualidade da mulher, o que se configura como uma estratégia em manter a mesma subalterna à sexualidade masculina, essa amplamente estimulada e tida como “natural”. Os homens são preparados para viver o prazer da sexualidade através do corpo, já que socialmente o exercício da sexualidade no homem é sinal de masculinidade. Por outro lado, tem-se explícito a nível social/cultural a redução da sexualidade feminina ao instinto maternal e ao papel de cuidadora – ou seja, para mulher o centro da sexualidade é a reprodução e não o prazer. A sexualidade voltada para o prazer nas mulheres é tida como suja, vergonhosa e proibida. As mulheres desde que nascem são educadas para serem mães, cuidarem dos outros e “dar prazer ao outro”. Sua sexualidade é negada e reprimida, sendo educadas para "manter a honra", representada pela supressão dos desejos sexuais e ausência das relações sexuais (CABRAL & DÍAZ, 1998).

Nesse sentido, existem importantes particularidades e vieses de gênero dentro do processo de socialização da sexualidade para homens e mulheres e a relação que cada um estabelece com seu corpo. No caso das mulheres, o centro está na ideia de criar “santas”: a necessidade permanente de resguardar o corpo feminino, o lugar de tentação e morada do pecado e ao mesmo tempo de exercício da

violência e abuso. Essa socialização está baseada na construção emocional do medo, da desconfiança e da defesa. Em contrapartida (estrategicamente “em complemento”), a sexualidade masculina é ensinada e socializada através do direito, centrada na posse e no exercício do poder sobre o corpo das mulheres – a construção emocional do poder, do controle e da superioridade (UNICEF, 2014).

Dentro do processo de dominação-subordinação exercida pelos homens sobre as mulheres nas relações de gênero, o imaginário social reproduz constantemente mensagens e atitudes que exaltam o poder masculino como supostamente natural e, em consequência, a subordinação feminina. Todo esse controle realizado sobre o corpo e a sexualidade das mulheres cria o estereótipo da "mulher de família" ou "boa menina", aquela que deve se manter virgem até o casamento, deve se submeter às decisões de homens (pai, marido) ao longo de sua vida, realizar as tarefas domésticas (desvalorizadas no patriarcado), não questionar o companheiro, satisfazê-lo sexualmente e manter a família unida e aparentemente feliz, com eterno medo de serem trocadas por outra mulher - o que é um medo real pois a sociedade perdoa essa fácil "troca" realizada pelos homens. Da mulher, é esperado que tudo seja feito para continuar com seu marido, cumprir seus deveres, "aguentar" e "comportar-se bem".

Os homens, por sua vez, através da socialização do poder e superioridade detêm o controle sobre o corpo da mulher respaldados pelos estereótipos do "homem galinha" e mais tarde "homem provedor", aquele que pode manter relações sexuais com diversas meninas antes do casamento, está na posição de decisão em conjunto com o pai e posteriormente na posição de marido, realiza o trabalho na esfera pública (supervalorizado no patriarcado), controla a mulher para que sempre esteja cumprindo o papel de "boa esposa" e ainda assim tem a indulgência social ao realizar adultério. As relações de gênero, dessa maneira, estabelecem uma valoração desigual do feminino e do masculino com definição precisa de papéis e responsabilidades feita pela sociedade: a dominação dos homens e a subordinação das mulheres, ambos socializados como "interdependentes" e "complementares" (UNICEF, 2014).

No que tange as questões relacionadas à reprodução, Elisabeth Badinter (1985) estabelece a diferença entre dois termos importantes: “maternidade” e “maternagem”. A primeira é a capacidade de parir um bebê, condicionada exclusivamente a pessoas do sexo biológico fêmea. Já a segunda trata-se da

capacidade de cuidar de uma criança e educá-la moralmente para convívio social, bem como cuidar de um idoso ou algum familiar doente. A maternagem é uma construção sócio-histórica e pode ser exercido por qualquer ser humano, embora o estigma e a obrigação voltem-se sempre ao corpo feminino. No senso patriarcal, as atividades que derivam do ato de cuidar tendem a ser atribuídas às mulheres e naturalizadas a ponto de parecerem constitutivas do sexo feminino (BADINTER, 1985).

Cuidar de familiares e companheiros concomitantemente com as atividades sócio-laborais em função de cumprir normas historicamente criadas e erroneamente interpretadas como inerentes à natureza feminina, apresenta-se como um aspecto de uma realidade injusta que parece configurar-se como eterna (GUEDES & DAROS, 2009).

Não apenas a maternagem, como também a maternidade, dentro da sociedade patriarcal, se estabelece como obrigação social das mulheres, que se apresenta de maneira muito sutil. Nas palavras de Beauvoir:

Não seria possível obrigar diretamente uma mulher a parir: tudo o que se pode fazer é encerrá-la dentro de situações em que a maternidade é a única saída; a lei ou os costumes impõem-lhe o casamento, proibem as medidas anticoncepcionais, o aborto e o divórcio (BEAUVOIR, p. 78, 1970).

Nesse sentido, compreendendo os “costumes” como menciona Beauvoir, a maternidade representou e representa um valor social e cultural muito forte, que pode estar acima das idades socialmente permitidas para gestar e ser mãe. O importante é apenas cumprir o papel atribuído e esperado de reprodução – a maternidade é idealizada socialmente como condição necessária à existência.

O conceito de maternidade está intrinsecamente envolvido com diversas representações sociais como a mulher, a criança e a família. Hoje não mais se sustenta o discurso biologicista que coloca a maternidade como algo instintivo, natural intrínseco do sexo feminino. Ora, não se pode falar em instinto maternal quando se sabe que o infanticídio é um fato corriqueiro entre diversas sociedades humanas. A exemplo das mulheres *Tapirapé*, tribo Tupi do Norte do Mato Grosso, que não possuíam conhecimento sobre técnicas anticoncepcionais ou abortivas e por princípios religiosos matavam todos os filhos após o terceiro. Tal atitude era considerada natural e não causava sentimento de culpa entre as praticantes do infanticídio (LARAIA, 1986).

No que tange o continente europeu, Badinter (1985) reconstrói a trajetória histórica da significação dos cuidados maternos. Somente no final do século XVIII a mãe europeia passa a estabelecer uma relação de proximidade com a criança, fenômeno ocasionado por pressão das instituições de saúde e do Estado devido à alta taxa de mortalidade infantil decorrente em grande parte da amamentação escassa. Antes disso, as crianças eram delegadas aos cuidados de outrem. Com efeito, esse movimento de maior responsabilização das mães sobre os infantes cria um imaginário de “status maternal” e desenvolve repercussões no papel social criado para as mulheres, acentuando o enfoque à maternidade e interferindo na própria identidade feminina, fazendo as mulheres se reconhecerem e se legitimarem dentro da função materna. Essa ideia encontra “naturalização” no conceito criado de “instinto materno”, a partir do qual são construídas argumentações biológicas e científicas para justificar e normatizar os comportamentos de mães e filhos nesse novo século (BADINTER, 1985; GIULIANI & PUGA, 2013).

Nesse sentido, é possível afirmar que a maternidade é uma construção social que envolve relações de gênero e coloca a mulher em posição de perceber a maternidade como condição indispensável para construção da sua identidade. A figura da mulher atual foi fortemente estruturada a partir da representação social da maternidade, na medida em que se atribui à mulher a reprodução como principal função. Todas as outras características ficam em segundo plano no seu reconhecimento social. Dessa maneira, a maternidade não é apenas uma opção para as mulheres, mas a condição central para que se constituam plenamente como seres humanos. O valor cultural da maternidade pode inclusive estar acima da idade socialmente aceita para gestar.

Com relação à gravidez experimentada na adolescência, a maternidade – especialmente nas camadas mais pobres – se configura como uma ancoragem, ou uma forma de ascensão social. A gravidez tem o potencial de elevar as adolescentes à posição de adultas – “o tornar-se mulher” –, considerando que a família e a ocupação doméstica possuem um papel central na vida das mulheres enquanto a escolaridade ou o trabalho fora de casa assumem posições periféricas, tendo em vista as expectativas e papéis sociais atribuídos aos gêneros. Os contextos de pobreza, violência e alta vulnerabilidade reduzem drasticamente as “opções” e “oportunidades” das jovens e fazem com que a gravidez precoce,

mesmo que solitária, se configure como uma possibilidade de serem reconhecidas, e lhes concedam acessar certos direitos e recursos materiais e imateriais. A gravidez na adolescência em contextos de pobreza pode se configurar como uma mobilidade social, garantindo um novo status comunitário e acesso a recursos mínimos de sobrevivência econômica e emocional (CAMARANO *et al*, 1998; ALMEIDA *et al*, 2003; OLIVEIRA, 2008; UNICEF, 2014).

Badinter (1985) ressalta que para os mais pobres a fecundidade excessiva tem motivações econômicas e psicológicas estabelecidas historicamente, sendo a prole necessária para agregar renda à família com o trabalho e também em alguma medida, serve para preencher uma carência afetiva e social, compensando frustrações distintas e diversas. Nessa visão as adolescentes em situação de vulnerabilidade social, esgotadas por estarem presas às condições de negligência e reticência institucional, assumem a maternidade como a grande ocupação da sua vida, dando a ela significado e suprimindo carências e frustrações.

A maternidade na adolescência por sua vez diminui a probabilidade das mães terminarem o ensino médio e prosseguir com os estudos além de reduzir as oportunidades laborais (GAMA *et al*, 2002). Nesse sentido, a gravidez na adolescência se configura como um dos mais importantes ciclos de perpetuação da pobreza: jovens mais pobres são mães adolescentes e a maternidade precoce diminui sua escolaridade e oportunidades de trabalho, mantendo mães e filhos em situação de pobreza (UNICEF, 2014).

As construções de gênero e a definição da feminilidade a partir da subordinação, a restrição da liberdade e a vulneração de direitos aliados ao mandato da maternidade como único caminho para atingir a auto realização enquanto mulher e obter o reconhecimento social são fatores que fazem com que as adolescentes mulheres tenham seu potencial de auto determinação prejudicado. Assim, aumentam os casos de gravidez e as adolescentes são colocadas na posição de aceitação de relações conjugais que afetam a sua dignidade.

O Patriarcado que produz a violência de Gênero e reproduz a Gravidez na Adolescência

A genitália presente no recém nato determina inúmeras expectativas sociais ao longo de sua vida. Meninos e meninas aprendem opostas maneiras de agir, atuar, pensar, sentir. Esses ensinamentos são bombardeados pela família, escola,

mídia e sociedade em geral (CABRAL & DIAZ, 1998). São nos espaços de socialização cotidiana que meninos e meninas absorvem e internalizam seu gênero de acordo com o que o meio exige que sejam. Dessa maneira, a hierarquia de gênero perpassa a rotina e o tempo, brincadeiras e jogos, perspectivas para o futuro – reproduzindo sempre os papéis de gênero impostos socialmente (TRAVERSO-YÉPEZ & PINHEIRO, 2005).

Brinquedos e jogos infantis são impostos histórica e ditatorialmente de maneira distinta a meninas e meninos. Para estas está reservada a brincadeira dentro do espaço doméstico, brinquedos que a treinam desde pequena para exercer papel de mãe e dona de casa. Boneca, casinha, cozinha, objetos de limpeza: tudo ordenado para formar sua mente e seu objeto de prazer em torno do cuidado dos filhos e do lar. Em oposição a isso, para os meninos está reservado o espaço aberto, a brincadeira fora de casa – brinquedos que o treinam desde pequeno a assumir e dominar o espaço público. Carrinho, bola, guerra, esportes no geral: tudo ordenado para acostumá-los a participar do grupo que detém poder e participa de decisões livremente e de maneira corajosa (CABRAL & DIAZ, 1998). É, também, dentro desse ambiente de doutrinação infantil que a hierarquização de gêneros se perpetua, com a criação de modelos de dominação/subordinação ou dominação/exploração. As crianças compreendem seu lugar na sociedade e desenvolvem certos comportamentos em detrimento de outros – deste lugar derivam os diversos tipos de violência.

A violência contra a mulher é um fenômeno antigo e por isso muitas vezes banalizado. Tal violência se justifica nas bases do sistema machista e patriarcal que envolve pressupostos biologicistas (ausentes de fundamento científico) os quais apontam a mulher como ser fraco, frágil, de menor capacidade racional, naturalmente tendenciosa a ser dominada – e portanto, precisa de alguém (homem) que a proteja e oriente. Sob essa ótica, a mulher se encontra passível de sofrer violência – inclusive em alguns momentos precisando de uma “correção” (CUNHA, 2014). Ressalta-se que esse tipo de violência não é fruto da natureza, mas sim do processo de socialização das pessoas – não é fruto do sexo biológico e sim do gênero.

Segundo Safiotti (2001), a execução do que é socialmente prescrito para categoria social “homem” dentro do projeto de dominação-exploração exige que sua capacidade de mando seja auxiliada por meio da violência. Nada impede –

embora que inusitado – que uma mulher pratique violência física contra seu companheiro/marido/namorado. Todavia, as mulheres não têm um projeto de dominação-exploração sobre os homens, ou seja, o conceito “violência contra mulher” não é o contrário de “violência contra o homem”.

A violência de gênero perpassa a história da humanidade e se encontra fundamentada de maneira silenciosa em muitos aspectos do cotidiano e da estrutura social. Compreendendo o termo violência como “uma forma de restringir a liberdade de uma pessoa ou de um grupo de pessoas, reprimindo e ofendendo física ou moralmente” (TELES & MELO, 2002, p. 15), o conceito “violência de gênero” deve ser entendido como uma relação de poder de dominação do homem e de submissão da mulher, consolidada pelo patriarcado. Como enfatiza o documento publicado pela UNICEF (2014, p. 74) “[...] a gravidez na adolescência está vinculada à violência de gênero em seu sentido mais amplo: violência física, simbólica, psicológica e econômica [...]”.

Dentro dessa perspectiva, pode-se constatar que a gravidez na adolescência se perpetua como uma expressão da violência de gênero estrutural dentro do patriarcado: ela ocorre devido à restrição das liberdades de auto-determinação das adolescentes. Tendo em vista que a gravidez se configura como uma norma necessária à obtenção de reconhecimento social e está relacionada com o poder exercido pelos homens sobre o corpo das mulheres, é possível analisar esse fenômeno como uma expressão da violência de gênero em seu sentido mais amplo.

A adolescência é dividida em duas fases segundo a Organização Mundial de Saúde: pré-adolescência (10 a 14 anos) e adolescência (15 a 19 anos) (UNICEF, 2011). A gravidez em meninas com até 14 anos é fruto de abuso sexual, tendo em vista que a idade de consentimento para relação sexual no Brasil é de 15 anos – abaixo dos 14 anos, a decisão de iniciar a vida sexual não é consciente e não são avaliados os riscos e consequências envolvidos. Mesmo que a relação seja consentida ou aceita, a adolescente normalmente tem pouco controle sobre o evento da iniciação sexual, ou seja, não se trata de um consentimento livre e esclarecido o ato sexual nessa faixa etária – a relação sexual com meninas abaixo dos 14 (quatorze) anos é categorizada como estupro de vulnerável, independente de ter ou não havido violência, segundo a Lei nº12015, de 7 de agosto de 2009. De acordo com a legislação, “ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso

com menor de 14 anos” gera pena de reclusão de 8 (oito) a 15 (quinze) anos (BRASIL, 2009).

Apesar da punição nos termos da lei, sabe-se que pelo senso comum – e devido à cultura do estupro enraizada na sociedade patriarcal – é miseravelmente corriqueiro que essas meninas sejam culpabilizadas pelo fato de terem sofrido um estupro. São frequentes os casos que assumem repercussões nacionais desse tipo de estupro e na mesma medida surgem as acusações às meninas e questionamentos sobre sua conduta: em contrapartida, não é questionada a conduta do esturador.

Uma sociedade que estimula comportamentos agressivos em meninos e educa-os para viverem sua sexualidade a partir do poder, do controle, da superioridade e socializa o direito à posse dos corpos femininos – e da mesma forma - estimula as mulheres a serem passivas, subordinadas e educa-as para viverem sua sexualidade à partir da vergonha, do medo, da defesa; é uma sociedade que produz esturadores e perpetua o ciclo da violência sexual. Esta assertiva ganhou repercussão em um ato feminista quando trouxe claramente o seguinte enunciado: “*O esturador é um filho saudável do patriarcado*”. As bases estruturantes da sociedade que vivemos são indulgentes para com os praticantes da violência sexual e culpabiliza às vítimas, como uma expressão violenta do sistema patriarcal.

A hipersexualização de meninas como consequência do patriarcado

O senso comum é enfático: “*as meninas amadurecem mais cedo que os meninos*”. Obviamente não há estudo científico que mostre que o sexo biológico fêmea “amadureça” mais rápido que o sexo biológico macho. Mas, existe sim um conjunto de responsabilidades que são delegadas às meninas e não aos meninos – como cuidar da casa, dos irmãos, realizar tarefas domésticas. Pesquisa realizada pela Plan International (ONG que protege os direitos das crianças em todo o mundo) em 2013 mostra a desigualdade de gênero dentro do ambiente doméstico: no Brasil, 81,4% das meninas arrumam sua própria cama, 76,8% lavam louça e 65,6% limpam a casa; enquanto apenas 11,6% dos seus irmãos homens arrumam a própria cama, 12,5% dos irmãos homens lavam a louça e 11,4% dos irmãos homens limpam a casa (PLAN, 2013). Com maiores exigências e maior número de limites e regras, é possível constatar que as meninas estejam sujeitas à moldes

mais rígidos que os meninos e isso tira delas parte da infância e o direito de brincar, estudar e de não assumir responsabilidades em substituição de adultos.

Miseravelmente, a adultização de meninas não perpassa somente a esfera das responsabilidades e limites. O famoso livro *Lolita* (1955) do escritor russo Vladimir Nobokov romantiza e perpetua no imaginário social a figura da “criança sedutora”. Recentemente temos figuras de crianças famosas no Brasil que foram hipersexualizadas: o caso da funkeira mirim Mc Melody, de 8 anos de idade dançando de maneira erotizada em clipes, a mando de seu pai e empresário, Mc Belinho. A Valentina, cozinheira de 12 anos participante de um programa de televisão que foi alvo de comentários pedófilos na internet. A hipersexualização de meninas não tem limites – os termos “novinha” e teen (adolescente, em inglês) são dois dos mais procurados em pornografia na internet (ARTUZZI, 2016).

A acusação de meninas por apresentarem um “comportamento sensual” é mais uma face da culpabilização da vítima: a mídia e o marketing empurra-as na direção da sexualização e a sociedade consome o material derivado disso. A pesquisadora Jane Felipe de Souza, citada por Moreira (2016), criou o termo “pedofilização”, que coloca em pauta o fato da sociedade criar leis para proteger a infância e adolescência, ao mesmo passo que também espetaculariza os corpos infantis colocando-os numa perspectiva sensual – é como se a sociedade dissesse “desejem os corpos femininos infantis”. A infância é sensualizada de duas formas: sexualizando as meninas na mídia e meios de comunicação e também aproveitando esse universo infantil para colocar mulheres em trajes e cenários infantis, criando e alimentando um fetiche: a erotização a partir do viés infantil, a infantilização de mulheres adultas. Ambas as formas nos ditam que devemos achar a juventude, a inexperiência e a ingenuidade sensuais em mulheres. A pedofilização, para Jane, é uma violência emocional para meninas e mulheres.

Os fenômenos de erotização precoce e de adultização da infância feminina confundem o desenvolvimento natural das mulheres e prejudicam a capacidade de auto-determinação das adolescentes, aumentando sua vulnerabilidade. Do outro lado, também permite aos homens maior acesso ao corpo das mulheres, por vezes permitindo e sendo complacentes como os comportamentos agressivos, já que coloca a vítima na posição de culpada e reafirma o privilégio estrutural masculino dentro da sociedade.

O mito do amor romântico, os parceiros, a paternidade

Como discutido anteriormente nesse ensaio, os brinquedos, filmes, desenhos, contos de fadas infantis – entre outros produtos que figuram o imaginário consumista – perpetuam os estereótipos de gênero e criam sonhos e fantasias nas crianças. Michely Souza (2016) conduziu um estudo analisando filmes infantis endereçados às meninas e o que eles transmitem através da perspectiva da pedagogia. Foi observado como as meninas são educadas a esperarem o “príncipe”, sendo o amor romântico reprodutor da heteronormatividade – ou seja, o amor é o casamento entre um homem e uma mulher, e um homem somente pode se apaixonar por uma mulher enquanto uma mulher somente pode se apaixonar por um homem. O amor romântico é colocado como ápice da felicidade, tornando a vida perfeitamente alegre e colorida ao ser encontrado. Para que seja possível encontrá-lo, então, torna-se necessária uma busca ao longo da vida, busca essa que é respaldada pelo contexto familiar, quando se questionam as crianças sobre namorados/as.

A vida só é feliz quando se encontra o amor, e assim segue o “final feliz” tão disseminado nos filmes direcionados para meninas – o amor é compreendido como algo mágico, “o verdadeiro amor sempre vence”. Por fim, quem sempre toma a atitude de declarar-se e pedir em casamento é o homem, colocando-o na posição de ativo enquanto a mulher passiva, deixando estabelecida uma relação de poder que está respaldado pela sociedade patriarcal e reproduz as desigualdades vinculadas ao gênero. Esse projeto de doutrinação gera nas meninas um imaginário todo voltado à procura do “amor verdadeiro” e a perspectiva de realização pessoal e felicidade somente na presença deste (BOEK, 2014).

O mito do amor romântico é muitas vezes a busca das adolescentes que se encontram em situação de vulnerabilidade e de violência intra-familiar, tendo em vista que esse imaginário social de felicidade plena lhes dá uma meta a seguir. Esse ideal pode, inclusive, resultar na fuga da adolescente mulher com o parceiro – um amor que dói e a mulher que sacrifica os estudos e a família por amor (UNICEF, 2014).

A gravidez na adolescência no Brasil apresenta-se em maior número quando as adolescentes estão em relacionamentos estáveis com homens mais velhos ou muito mais velhos. Este achado corresponde a um estudo feito por Aquino e colaboradoras (2003) em algumas capitais brasileiras.

Dentro de uma sociedade machista de aparências e da cultura das “novinhas”, os padrões de beleza femininos estão sempre atrelados à jovialidade. Enquanto os masculinos são indulgentes com relação a isso, sendo os homens grisalhos e de meia idade considerados “atraentes”. Santos e Carvalho (2006) enfatizam que as adolescentes em situação de vulnerabilidade provavelmente estão na condição de carência paternal, encontrando nesses homens uma possibilidade de proteção e cuidado não encontrados em casa. Tudo isso é respaldado pela cultura de que “o amor não vê idade”, condição utilitarista que serve fundamentalmente aos homens. Não por acaso, homens com mais idade buscam se relacionar com meninas/mulheres novas (imaturas e ingênuas), já que essa condição auxilia na manipulação – por parte desses homens – do seu comportamento e atitude, moldando-as para atender ao seu prazer, satisfação sexual e realização das tarefas domésticas sob seus auspícios (de poder real e simbólico), inclusive condicionando a estas meninas/mulheres a um orçamento limitado demonstrando assim todo seu poder material e imaterial.

Quando se trata de gravidez na adolescência com parceiro adolescente, é possível observar as divergências culturais em torno de maternidades e paternidades. Entre relatos sobre gravidez em adolescentes publicados pela UNICEF (2014), pode-se observar que para adolescentes homens, muitas vezes a gravidez pode representar uma honra, os filhos podem lhes agregar valor individual enquanto homens. Segundo Cabral (2003) a assunção da paternidade pode afirmar a masculinidade, sendo “assumir” equivalente a “dou conta”, “sou homem”.

Já para as mulheres, a maternidade não tem esse valor – a maternidade se apresenta como uma obrigação, que lhes permite ser alguém na sociedade, mas à custa de sua autodeterminação e de seus direitos. Dessa maneira, é importante ressaltar que a maternidade/paternidade delimita um encontro de valores e aspirações entre uma mulher e um homem, e não representa, de maneira nenhuma, que as aspirações, papéis, obrigações e implicações sejam compartilhadas nem muito menos iguais – as exigências sociais recaem com maior peso sobre a mulher, e são indulgentes para com os homens.

Ainda dentro desse cenário existem as “mães solteiras” – estereótipo cruel para àquelas mulheres que – às vezes por falta de opção, seguem suas gravidezes – mesmo que tenham sido abandonadas pelos respectivos companheiros.

Stephanie Ribeiro (2015), coloca que o patriarcado ensina todas as pessoas, independente do gênero, a ter empatia com os homens e ódio pelas mulheres. O abandono paterno é uma realidade escancarada e naturalizada na nossa sociedade. Há mais de 5,5 milhões de crianças sem o nome do pai na certidão de nascimento (INEP, 2011). Eizirik e Bergmann (2004) afirmam que uma criança abandonada pelo pai cresce com importante prejuízo em seu desenvolvimento emocional, psicológico, cognitivo, comportamental além de sofrer de vulnerabilidade financeira.

Stephanie Ribeiro (2015) cita que o abandono vai além do machismo e de um ideal de masculinidade nociva que tem impactos sociais profundos: o abandono paterno não é um problema pessoal, e sim estrutural. Ser pai, mesmo sendo um pai que abandonou, significa ser visto com bons olhos, ter o apoio e respeito da sociedade – é comum ouvir frases como “*ele não estava pronto para ser pai*”, “*ele era muito novo*” ou “*ele tinha outros planos*” – assertivas que perdoam e justificam o abandono paterno. Por outro lado, ser mãe é estar na posição de julgamento social – enquanto mãe abandonada, é tida socialmente como vulgar, impura, culpada, e é cobrada amplamente pela boa educação dos filhos, sustento financeiro e emocional. Não se pretende nesse ensaio esgotar o debate sobre o abandono paterno, mas alertar para uma situação comum que evidencia a desigualdade de gênero e coloca as adolescentes mulheres em situação de maior vulnerabilidade quando ocorre uma gravidez.

O planejamento familiar como “estratégia”?

O Planejamento Familiar foi implementado no Brasil através da Lei nº 9263, de 12 de janeiro de 1996, que regula o parágrafo 7º do artigo 226 da Constituição Federal de 1988. Segundo a lei, entende-se por planejamento familiar "o conjunto de ações de regulação da fecundidade que garanta direitos iguais de constituição, limitação ou aumento da prole pela mulher, homem ou casal" (BRASIL, 1996).

A lei defende que homens e mulheres têm o direito de decidir livremente o número de filhos e ter acesso a meios para regular a fecundidade - tanto métodos contraceptivos quanto tratamentos de fertilidade, ofertados pelo SUS. No ano de 2007, foi criada a Política Nacional de Planejamento Familiar que inclui a oferta de oito métodos contraceptivos ofertados gratuitamente além de anticoncepcionais a preços reduzidos pelo Programa Farmácia Popular. Por mais que a lei determine

que o SUS deve ofertar serviços de planejamento familiar em todos seus níveis de complexidade, a Atenção Básica é responsável pela maior parte de atividades nesse quesito através da Estratégia Saúde da Família (MOURA, 2003).

Ao considerar as Unidades de Saúde Brasil afora, o Planejamento Familiar se estabelece majoritariamente em forma de grupos, que podem ou não estar vinculados às ações de educação em saúde. A atividade principal é de renovação da prescrição de contraceptivos. Existem alguns vieses pelos quais podemos analisar essa diretriz. Assim, questionar a repercussão do Planejamento Familiar no âmbito do direito sexual e reprodutivo das adolescentes mulheres e verificar os interesses desse programa em nível estrutural, também se configura como um aspecto importante a ser discutido.

Através do estudo da UNICEF (2014), é possível perceber que no mundo masculino, sobre diversas perspectivas, a prática sexual do homem com várias mulheres está em consonância (dentro de sua posição de poder) com a tomada de decisões a respeito dos métodos de planejamento familiar. Analisando os significados culturais atrelados ao uso do preservativo, o estudo concluiu que este está associado à busca do prazer masculino com mulheres que não têm “boa reputação” – que aparentemente já tiveram mais de um parceiro sexual. Em contraposição a esse caso, as “meninas de família” – referência às adolescentes que ainda não tiveram relações sexuais – considera-se que estas estão “desconfiando” dos homens ao sugerir o uso da camisinha como método contraceptivo ou preventivo de ISTs.

Este documento da UNICEF (2014) referencia ainda que as “meninas de família” devem submeter-se ao parceiro e não usar preservativo. No entanto, devem usar pílulas anticoncepcionais, que afetam tão-somente as mulheres no que diz respeito à perda de libido, aumento das chances de doenças tromboembólicas entre outros tantos efeitos colaterais de seu uso. Além disso, quem decide dentro de um casal adolescente o uso ou não uso de contraceptivo e a gravidez ou não gravidez é o homem. De maneira geral, os homens submetem às mulheres as condições de obediência se opondo aos métodos de planejamento familiar pois “as mulheres devem dar filhos aos homens”.

Nesse contexto e somando-se os fatores pobreza, vulnerabilidade e violência, temos um quadro de submissão feminina ao controle masculino sobre a reprodução. Dessa maneira, por mais que haja informação e disponibilidade de

métodos contraceptivos, as relações de gênero e de poder desiguais aliados à pressão social, os significados e expectativas culturais acerca da maternidade impedem que essas informações se materializem e que as adolescentes possam tomar decisões livres, autônomas e informadas sobre seu próprio corpo (UNICEF, 2014).

Dentro dessa lógica de funcionamento, surgem inquietações sobre o que está por trás dessa política e qual o real interesse dessa abordagem. De maneira mais ampla, Galeano (2000) já nos mostra a posição que ocupamos enquanto povos latino americanos no contexto da história mundial. A miséria e o atraso têm uma origem e uma razão de se perpetuarem. A história do nosso “subdesenvolvimento” (apelido que nossos invasores nos atrelam) integra harmoniosamente ao desenvolvimento do capitalismo. Passam-se os anos e a América Latina continua sendo extorquida e explorada, vendendo borracha, metal, madeira, alimentos, e mão de obra a baixo custo. Enquanto Europa, Estados Unidos e Canadá ganham muito por consumir nossos produtos. A pobreza se alastra e se multiplica. A cada minuto morre uma criança de doença ou fome. São 25 milhões de desempregados no ano de 2016 segundo a Organização Internacional do Trabalho/OIT (OIT, 2016) e 36 milhões de analfabetos segundo Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura/UNESCO, sendo 56% mulheres (UNESCO, 2003).

Galeano (2000) cita ainda que historicamente surgiram inúmeras missões para impedir que latino americanos nascessem. Porém, ainda que este seja um cenário escrito/descrito/analísado há tempos, corrobora-se a este autor os fatos que seguem sucedendo, por exemplo, são distribuídas pílulas contraceptivas, dispositivos intra-uterinos (DIUs), cirurgias e os vastos métodos anticoncepcionais. Ainda assim,

[...] teimosamente, as crianças latino-americanas continuam nascendo, reivindicando seu direito natural de ter um lugar ao sol nessas terras esplêndidas, que poderiam dar a todos o que a quase todos negam. [...] (GALEANO, 2000, p. 12)

O autor infere que as ações de Planejamento Familiar refletem o interesse dos países ricos – que negam a redistribuição da riqueza mundial e colocam como solução da pobreza a supressão de nascimento de pessoas pobres. A exemplo disso, Galeano (2000) cita que os investimentos do Banco Mundial (a quem as nações pobres estão estrategicamente submetidas) são direcionados a países que

realizam planos de controle de natalidade. Segundo Galeano, os países ricos objetivam, com as ações de Planejamento Familiar:

[...] justificar a desigual distribuição de renda entre países e entre classes sociais, quer convencer os pobres de que a pobreza é consequência dos filhos que não evitam e opor um dique ao avanço da fúria das massas em movimento e rebelião. [...] (GALEANO, 2000, p. 13)

Deste modo, infere-se que as ações do Planejamento Familiar atendem à demanda de controle de natalidade do capitalismo e que na prática não realizam o que se propõe segundo a Constituição Federal, a Lei nº 9263/1996 e a Política Nacional de Planejamento Familiar de 2007 – que seria garantir a todas as mulheres e homens plenos direitos reprodutivos através da escolha livre e consciente. Dentro do patriarcado isso jamais será alcançado.

À guisa de uma breve conclusão

A condição de ser-mulher (ou “tornar-se mulher”) é permeada por um conjunto de representações acerca de maternidade, a qual é colocada como requisito central para que estas se constituam como seres humanos e obtenham o reconhecimento social. Tais representações se engendram a outras igualmente violentas para as mulheres dentro do patriarcado, a exemplo da construção da sexualidade voltada ao prazer masculino e aos padrões morais para vivê-la.

A apropriação dos corpos femininos pelos homens se deu historicamente em conjunto com outras posses como por exemplo, os meios de produção (terra, água, natureza), nas quais foram desenvolvidas técnicas e práticas relacionadas à agricultura e pecuária, como requisito básico para reprodução social. Atualmente, tal apropriação dos corpos femininos transcende qualquer limite social, cultural, ou mesmo geracional, no qual a idade das crianças-adolescentes-mulheres, não representa nenhum impedimento para materializar o espectro da violência.

Ao mencionar as estratégias de intervenção existentes no âmbito da saúde pública, educação e assistência social, infere-se que estas não abarcam as complexas dimensões que estão por trás da opressão sofrida pelas adolescentes. Em geral, estas restringem a ações paliativas de mero controle de natalidade.

Enquanto o patriarcado existir e enquanto as mulheres estiverem submetidas ao controle masculino sobre sua sexualidade e sua existência, a gravidez na adolescência existirá e se perpetuará principalmente nas camadas

mais pobres da sociedade, onde as jovens estão submetidas a uma série de carências e necessidades não atendidas. Simbólica e fisicamente estas seguirão sendo violentadas pelo sistema que as aprisiona.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDALLAH, Vânia Olivetti Steffen, et al. Gravidez na adolescência: experiência de um hospital universitário. *Pediatria moderna*, São Paulo, v. 34, n. 9, p. 561-570, set. 1998.

ALMEIDA, Maria da Conceição Chagas de, et al. Uso de contracepção por adolescentes de escolas públicas na Bahia. *Revista Saúde Pública*, São Paulo, v. 37, n. 5, p 566-575, maio 2003.

AQUINO, Estela Maria Motta Lima Leão de, et. al. Adolescência e reprodução no Brasil: a heterogeneidade dos perfis sociais. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. S377-S388, 2003.

ARTUZZI, Tomás. A novinha é apenas uma criança [online] Disponível em: <<http://revistagalileu.globo.com/Revista/noticia/2016/05/novinha-e- apenas-uma-crianca.html>> Acesso em: 03 out. 2017.

BADINTER, Elisabeth. *Um amor Conquistado: o mito do amor materno*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BEAUVOIR, Simone Lucie-Ernestine-Marie Bertrand de. *O Segundo Sexo: fatos e mitos*. 4ª edição. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BEAUVOIR, Simone Lucie-Ernestine-Marie Bertrand de. *O Segundo Sexo: a experiência vivida*. 2ª edição. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BOEK, Úrsula. *Apegar-se, desapegar-se, comprometer-se, deixar fluir... filmes que “ensinam” a viver práticas afetivas na contemporaneidade*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Luterana do Brasil, Canoas, 2014. 117 f.

BRASIL. Lei nº 12015, de 07 de agosto de 2009. Portal da Legislação, Brasília, DF, 07 de ago de 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112015.htm> Acesso em: 01 dez. 2017.

BRASIL. Lei nº 9263, de 12 de janeiro de 1996. Portal da Legislação, Brasília, DF, 12 de jan de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9263.htm> Acesso em: 26 set. 2017.

CABRAL, Cristiane. Contracepção e gravidez na adolescência na perspectiva de jovens pais de uma comunidade favelada do Rio de Janeiro. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. S283-S292, 2003.

CABRAL, Francisco; DÍAZ, Margarita. Relações de gênero. In: *Cadernos afetividade e sexualidade na educação: um novo olhar*. Belo Horizonte: Gráfica e Editora Rona Ltda, 1998. p. 142-150.

CAMARANO, Ana Amélia et al. Fecundidade e anticoncepção da população de 15 a 19 anos. In: Seminário Gravidez na Adolescência. Rio de Janeiro. Associação Saúde da Família, 1998, p. 35-46.

CARLOTO, Cássia Maria. O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais. *Serviço Social Revista*, Londrina, v. 3, n. 2, p. 201-213, jan./jun. 2001.

CERQUEIRA-SANTOS, Elder et al. Gravidez na adolescência: análise contextual risco e proteção. *Psicologia em estudo*, Maringá, v. 15, n. 1, p. 73-85, jan/mar 2010.

COSTA, Renata, MADEIRA, Maria Zelma & SILVEIRA, Clara Maria. Relações de gênero e poder: tecendo caminhos para a desconstrução da subordinação feminina. In: 17º Encontro Nacional da Rede Feminista e Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações De Gênero. Anais... João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2012. p. 222-240.

COSTA, Maria Conceição Oliveira. Fecundidade na adolescência: perspectiva histórica e atual. *Jornal de Pediatria*, São Paulo, v. 47, n. 2, p. 87-90, 1998.

CUNHA, Bárbara Madruga da. Violência contra a mulher, direito e patriarcado: perspectivas de combate a violência de gênero. In: 16ª Jornada de Iniciação Científica de Direito da UFPR. Anais... Curitiba: Editora UFPR, 2014. p. 149-170.

DYBLE, Mark et al. Sex equality can explain the unique social structure of hunter-gatherer bands. *Human Behaviour*, Londres, v. 348, n 6236, p. 796-799, maio 2015.

ENGELS, Friedrich. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. 9 ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1984.

EISENSTEIN, Evelyn. Adolescência: definições, conceitos e critérios. *Adolescência e saúde*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 2, p. 6-7, jun. 2005.

EIZIRIK, Mariana & BERGMANN, David Simon. Ausência paterna e sua repercussão no desenvolvimento da criança e do adolescente: um estudo de caso. *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, v. 16, n. 3, p. 330-336, set/dez. 2004.

GALEANO, Eduardo. *As Veias Abertas da América Latina*. 40ª ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exilado, 2000.

GAMA, Silvana Granado Nogueira et al. Experiência de gravidez na adolescência, fatores associados e resultados perinatais entre puérperas de baixa renda. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 153-161, jan/fev. 2002.

GIULIANI, Carla Denari & PUGA, Vera Lúcia. Tramas e dramas da maternidade a adolescência: gênero, poder e cultura (Uberlândia, 2000-2010). *Caderno Espaço Feminino*, Uberlândia, v. 26, n. 1, p. 127-139, jan/jul. 2013.

GONTIJO, Daniela Tavares & MEDEIROS, Marcelo. A gravidez/maternidade e adolescentes em situação de risco social e pessoal: algumas considerações. *Revista Eletrônica de Enfermagem*, Goiânia, v. 6, n. 3, p. 394-399, 2004.

GUEDES, Olegna de Souza & DAROS, Michelli Aparecida. O cuidado como atribuição feminina: contribuições para um debate ético. *Serviço Social em Revista*, Londrina, v. 12, n. 1, p. 122-134, jul/dez. 2009.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo Escolar da Educação Básica 2011 [online] Disponível em: <[28TTP://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2011.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2011.pdf)> Acesso em: 03 out. 2017.

IZQUIERDO, Maria de Jesus. Bases materiais do sistema sexo/gênero, 1992 [online] Disponível em: <<https://anossapropriasubstancia.wordpress.com/2016/12/21/bases-materiais-do-sistema-sexogenero%C2%B9/>> Acesso em: 11 jul. 2017.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. 24ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

LAVINAS, Lena. Gênero, cidadania e adolescência. In: *Quem mandou nascer mulher?* Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997, p.11-43.

MOREIRA, Isabela. “A sociedade convoca os olhares para que desejem essas meninas” diz pesquisadora, 2016 [online] Disponível em: <<http://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2016/05/sociedade-convoca-os-olhares-para-que-desejem-essas-meninas-diz-pesquisadora.html>> Acesso em: 03 out. 2017.

MOURA, Escolástica Rejane Ferreira. *Assistência ao Planejamento Familiar na perspectiva de clientes e enfermeiros do programa saúde da família*. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Faculdade de Odontologia, Farmácia e Enfermagem, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003. 136 f.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Panorama Laboral 2016 América Latina y El Caribe. Perú: 2016.

OLIVEIRA, Régia Cristina. Adolescência, gravidez e maternidade: a percepção de si e a relação com o trabalho. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 17, n. 4, p. 93-102, ago. 2008.

OLIVIO, Maria Cecília. “Das fragilidades de viver o tempo presente”: capitalismo, patriarcado e a vigência da exploração-dominação masculina.

Dissertação (Mestrado Serviço Social) Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. 123 f.

PARIZ, Juliane, MENGARDA, Celito Fransisco, FRIZZO, Giana Bitencourt. A atenção e o cuidado à gravidez na adolescência nos âmbitos familiar, político e na sociedade: uma revisão da literatura. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 623-636, maio 2012.

PIRES, João Davi Avelar. Visões sobre o Feminino e o corpo na Idade Média. *Revista Feminismos*, Salvador, vol. 3, n. 2, p. 14-23, maio-dez. 2015.

PLAN. Por ser Menina no Brasil: Crescendo entre Direitos e Violências. Resumo executivo. São Paulo, 2013 [online] Disponível em: <http://primeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/2015/03/1-por_ser_menina_resumoexecutivo2014.pdf> Acesso em: 03 out. 2017.

REED, Evelyn. *Sexo contra sexo ou classe contra classe*. 1ª edição. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008.

RIBEIRO, Stephanie. Não naturalize as m... que um homem faz. 2015 [online] Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/nao-naturalize-as-m-que-um-homem-faz/>> Acesso em: 03 out. 2017.

RISCADO, Liana, PERES, Simone. Contribuição da categoria gênero para os estudos sobre adolescência e juventude no âmbito da psicologia e ciências sociais como meio de evidenciar a permanência das desigualdades e a necessidade de enfrentar a exclusão social. *Revista Ártemis*, João Pessoa, v.9, n. 1, p. 77-91, dez. 2008.

RODRÍGUEZ, Jorge. Reproducción em La adolescencia en América Latina y el Caribe: ¿Una anomalía a escala mundial?. In: *3º Congreso De La Asociación Latinoamericana De Población*, ALAP, 2008, Córdoba. p. 155-192.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos Pagu*, São Paulo, v. 16 n. 1, p. 115-136, ago. 2001.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra as mulheres, 2009 [online] Disponível em: <http://flacso.redelivre.org.br/files/2015/03/Heleieth_Saffioti.pdf> Acesso em: 01 mar. 2017.

SANTOS, Andréia dos & CARVALHO, Cristina Vilela de. Gravidez na adolescência: um estudo exploratório. *Boletim de psicologia*, São Paulo, v. 56, n. 125, p. 135-151, dez. 2006.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v.16, n.2, p. 5-22, jul/dez. 1990.

SILVA, Gabriela Luiza; BIFFI, Eliana Faria de Aangelice, GIULIANI, Carla Denari. Fatores que contribuem para ocorrência da gravidez na adolescência. *Caderno Espaço Feminino*, Uberlândia, v. 18, n. 2, p. 405-435, ago/dez. 2007.

SOUZA, Michely Calciolari de. Pedagogia das princesas: o que a barbie ensina às meninas. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2016. 119 f.

TELES, Maria Aamélia de Almeida & MELO, Mônica de. *O que é Violência contra a Mulher*. 1ª Edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 2002.

TRAVERSO-YÉPEZ, Martha & PINHEIRO, Verônica de Souza. Socialização de gênero e adolescência. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 13, n.1, p. 147-162, jan/abr. 2005.

UNESCO. Educação para todos na América Latina: um objetivo ao nosso alcance. Relatório Regional de Monitoramento de EPT 2003. Santiago: UNESCO, 2003.

UNICEF. Situação Mundial da Infância 2011, adolescência: uma fase de oportunidades. 2011. 148 p. Nova Iorque: UNICEF, 2011.

UNICEF. Vivências e relatos sobre a gravidez em adolescentes: Uma aproximação aos fatores culturais, sociais e emocionais a partir de um estudo em seis países da região. 2014. 86 p. Relatório final. Ciudad del Saber: UNICEF, 2014.

VALADARES, C. Gravidez na adolescência tem queda de 17% no Brasil, 2017 [online] Disponível em: <<http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/cidadao/principal/agencia-saude/28317-gravidez-na-adolescencia-tem-queda-de-17-no-brasil>> Acesso em 23 nov. 2017.

ANEXO I

Normas de Publicação da Revista Feminismos

A Revista FEMINISMOS, do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia, é um periódico de publicação trimestral e de circulação nacional e internacional que publica artigos, traduções, ensaios, resenhas, entrevistas e dossiês temáticos inéditos de autores/as brasileiros/as ou estrangeiros.

Os artigos publicados nesta Revista deverão versar sobre Mulheres, Gênero e Feminismos.

Os artigos, traduções, ensaios, resenhas, entrevistas e dossiês temáticos poderão ser apresentados em português, inglês ou espanhol. A Revista se reserva o direito de publicá-los na língua original ou traduzido, de acordo com decisão de sua Comissão Editorial, desde que com a anuência do/a autor/a.

Ao enviar seu trabalho para a Revista FEMINISMOS, a/o(s) autor(a/es) cede(m) automaticamente seus direitos para eventual publicação do artigo.

Os ensaios e as entrevistas devem ter de 20 a 30 laudas, equivalentes a 55 mil caracteres, incluindo as referências, notas e tabelas.

Recomenda-se a utilização de processadores compatíveis com Windows, no formato de página padrão A4, margens das páginas 3x3x2x2 (respectivamente, margens superior/esquerda/inferior/direita) fonte Times New Roman 12, entrelinha 1,5;

Os textos devem seguir as normas da NBR 14724 (2011) para configuração de apresentação, no que diz respeito inclusive a sua organização lógica. Ademais, o título

deve estar centralizado, em fonte Times New Roman 12, em letras maiúsculas. Para garantir o anonimato durante o processo de avaliação, a autoria não deverá aparecer no corpo do artigo. A Revista Feminismos aplica a dupla avaliação cega entre pares, o que significa que o nome das/os autoras/es e sua filiação institucional não são reveladas às/aos avaliadoras/es e as/os nomes e filiação institucional das/dos avaliadoras/es não são reveladas às/aos autoras/es.

Todos os trabalhos devem vir acompanhados de resumo na língua em que for redigido, seguido de um resumo em língua estrangeira (inglês, espanhol e francês). Para os artigos escritos em uma língua estrangeira, eles devem apresentar um resumo na língua em que foi redigido, um resumo em português. O resumo deve apresentar, no máximo, 10 linhas, palavras-chave (máximo de 5), justificado, espaçamento simples e em fonte Times New Roman 11. Para maiores esclarecimentos, sugere-se a consulta da NBR 6028, da ABNT, que versa sobre a constituição e elaboração de resumo.

Ao enviar os textos, o(a) articulista também deverá enviar um arquivo contendo as seguintes informações: título do artigo, nome completo da/o autora/or, filiação institucional, titulação máxima, uma breve descrição biográfica (máximo: 5 linhas), endereço postal, Telefone/Fax, e-mail. Fonte Times New Roman 12 (essas informações normalmente vêm em nota de rodapé atrelada ao nome do autor).

Sobre as citações, pede-se que sejam feitas em consonância com as atuais Normas Técnicas da ABNT, especialmente a NBR 10520.

Os seguintes itens devem ser observados na elaboração dos textos:

- As citações textuais longas (mais de 3 linhas) devem estar em destaque, compondo um parágrafo independente, com recuo de 4cm, em fonte Times New Roman

10, espaçamento simples, seguidas da referência. As citações com até 3 linhas devem aparecer no corpo do texto entre aspas, seguidas da referência.

- O itálico pode ser usado para palavras estrangeiras, neologismos e títulos de obras e publicações.
- Recomenda-se o uso de aspas simples para palavras com emprego não convencional e para indicar citação dentro de outra citação.
- As notas de rodapé devem ser explicativas, numeradas e usadas para esclarecimentos. Não devem ser usadas para referências. Deve-se restringir sua utilização e evitar notas longas.
- Para as citações no corpo do texto e as citações destacadas, utilize-se o sistema autor-data, ex: (SARDENBERG, 2004, p. 50). Para os casos em que se fazem paráfrases, utilize-se o sistema autor-data. Ex: (SARDENBERG, 2004).

Sobre as REFERÊNCIAS:

- Aos diferentes títulos de um mesmo autor, publicados no mesmo ano, adiciona-se uma letra depois da data. Ex: (COSTA, 2000a; COSTA, 2000b).
- A lista de referências completas deve ser apresentada ao final do texto, obedecendo aos seguintes critérios:

Livro:

SOBRENOME DO/A AUTOR /A DA OBRA, Prenome(s). *Título da obra*: subtítulo.

Número da edição. Local de Publicação: Editora, ano de publicação.

Artigo:

SOBRENOME, Prenome. Título do artigo. *Título do periódico*, local de publicação, volume do periódico, número do fascículo, página inicial-página final, mês(es). Ano.

Dissertações, teses, monografias: dissertações, teses, monografias:

SOBRENOME, Prenome. *Título*: subtítulo (se houver). Dissertação (tese ou monografia). (Nome do Programa) Departamento, Universidade, local, ano. Número de páginas.

Capítulo de livro:

SOBRENOME, Prenome. Título do capítulo. In: SOBRENOME, Prenome (Org). *Título do livro*. Local de publicação: editora, data. página inicial-página final.

Documentos capturados via World Wide Web:

SOBRENOME, Prenome. Título da obra. [online] Disponível em: <http://www...> Acesso em: (informar data).

Ex: COSTA, Ana Alice Alcantara. O movimento Feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. [online] Disponível em: <http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys7/liberdade/anaalice.htm> Acesso em: 10 out. 2010.

Os casos não explicitados aqui devem seguir as recomendações da ABNT.

No caso de ilustrações, fotos e gravuras, devem ser enviadas nos formatos jpg, acompanhadas da autorização de direitos de reprodução e as referências necessárias.

O número de tabelas e/ou imagens (gráficos, mapas, fotos, etc.) deverá ser mantido até o limite de cinco no total por artigo.

Os textos devem ser encaminhados com revisão prévia. O envio dos textos aos(as) consultores(as) pareceristas está condicionado ao cumprimento dessa exigência.

Condições para submissão

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

Declaração de Direito Autoral

Autoras/es que publicam nesta revista concordam com os seguintes termos:

1. Autoras/es mantém os direitos autorais e concedem à revista o direito de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Creative Commons Attribution License que permitindo o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria do trabalho e publicação inicial nesta revista.
2. Autoras/es têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não-exclusiva da versão do trabalho publicada nesta revista (ex.: em repositório institucional ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista.
3. Autoras/es têm permissão e são estimuladas/os a publicar e distribuir seu trabalho online (ex.: em repositórios institucionais ou na sua página pessoal) a qualquer ponto antes ou durante o processo editorial, já que isso pode gerar alterações produtivas, bem como aumentar o impacto e a citação do trabalho publicado.

Política de Privacidade

Os nomes e endereços informados nesta revista serão usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.

ANEXO II

← → Seguro | <https://mail.google.com/mail/u/0/#inbox/15055f5c3b8d5d400>

Apps Google oficial 2º passo COMPONENTE ESPE

Google

Gmail

ESCREVER

Entrada (3,050)

Importante

Emviados

Lixeira

→ Categorias

CAF

Facúles

Notas

Mais

14/12/2017

Revista Feminismos <feminismos.nem@ufba.br>

para mim

Ana Paula Maciel Gorski

Agradecemos a submissão do trabalho "TORNAR-SE MULHER: A GRANDEZA DA ADOLESCÊNCIA COMO ESPECTRO DE VIOLENCIA PATRIARCAL" para a revista Revista Feminismos. Acompanhe o progresso da sua submissão por meio da interface de administração do sistema, disponível em:

URL da submissão:
<http://www.feminismos.nem.ufba.br/index.php/revista/autor/submissao/436>

Login: anpa

Em caso de dúvidas, entre em contato via email.

Agradecemos mais uma vez considerar nossa revista como meio de compartilhar seu trabalho.

Revista Feminismos
Revista Feminismos

...
Clique aqui para Responder ou Encaminhar

1 mensagem excluída nesta conversa. Exibir mensagem ou excluir para sempre.

5,36 GB (35%) de 15 GB usados

Gerenciar

Temos de Serviço - Disponibilidade

Última atividade da conta: Há 59 minutos

Detalhes

1057
27/02/2018